

EIXO TEMÁTICO 11 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

QUESTÃO AGRÁRIA E SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE: um debate necessário na formação profissional

AGRARIAN ISSUE AND SOCIAL WORK IN THE NORTHEAST: a necessary debate in professional training

Gleyson Willian Silva Carneiro¹
Karla Karine Fernandes Lima²

RESUMO

O presente artigo versa acerca da relação entre a questão agrária e o serviço social no nordeste, compreendendo que a expansão do capitalismo na região favoreceu uma pequena elite agrária, oriundas dos ciclos de acumulação que perpetua desde o período Colonial, o que faz da questão agrária uma forte expressão da questão social. Objetivando explorar a necessidade do debate sobre a questão agrária na formação acadêmica em Serviço Social no nordeste, além do estudo análise bibliográfico, foram analisados os currículos e Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Serviço Social das Universidades Federais do Nordeste.

Palavras-chave: Serviço Social; Questão agrária; Formação.

ABSTRACT

This article explores the relationship between Social Work in the Northeast region of Brazil and agrarian issues, highlighting how capitalism's expansion in the region has favored a small agrarian elite, rooted in accumulation cycles dating back to the Colonial period, thus making agrarian issues a significant expression of social inequality. It aims to emphasize the necessity of addressing agrarian issues in the academic formation of Social Work professionals in the Northeast, drawing on bibliographic analysis and examination of curricula and Pedagogical Political Projects from Social Work programs in Federal Universities of the region.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Membro bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Serviço Social -UFPI; Membro do Grupo de Estudos de Políticas da Seguridade Social e Serviço Social (GEPSS); Membro do Projeto de Extensão História e Memória do Serviço Social no Piauí.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (PPGSC-UESPI); Membro do Grupo de Estudo Trabalho e Mundo Rural da UESPI; Especialista em Serviço Social pela Faculdade FOCUS; Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Keywords: Social Work; Agrarian issues; Formation.

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social brasileiro adquire particularidades próprias conforme a emergência e desenvolvimento em cada região do país. Isto se deve a formação sócio-histórica de cada território e as particularidades que imprimem na formação acadêmica-profissional. Então pensar o exercício profissional é olhar para as manifestações das desigualdades sociais provocadas pela relação capital e trabalho, e no Nordeste esse fato não foi diferente, o lapso de tempo da ocorrência da formação capitalista específica da região ocasionou desigualdades significativas para a população rural nordestina empregando um fazer profissional específico para os profissionais da região.

Nessa perspectiva, os conflitos acerca do uso da terra e as lutas pela reforma agrária surgem antes mesmo da emergência do capitalismo no Nordeste, mas será a partir dele que a questão agrária passará a ser compreendida enquanto expressão da questão social. Portanto, será nessa conjuntura que também ocorrerá o desenvolvimento do Serviço Social na região.

O artigo em questão, busca explorar a necessidade do debate sobre a questão agrária na formação acadêmica em Serviço Social no Nordeste, a partir da análise qualitativa documental dos currículos de Serviço Social das Universidades Federais da região supracitada, contando ainda com análise bibliográfica de obras que conversam com a temática. Para além da introdução, a comunicação está estruturada em uma seção que tratará sobre a conjuntura da formação social, econômica e política na qual marca a emergência da profissão na região, em seguida será trabalhado a questão agrária enquanto uma expressão da questão social e por fim apresentará a análise a respeito da presença da questão agrária nos currículos de Serviço Social das Universidades Federais do Nordeste.

2 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO NORDESTE E DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

A formação sócio-histórica do Nordeste apresenta-se de forma hermética e multifacetada, onde diversos fatores sociais, econômicos e políticos influenciaram a construção desse espaço e suas relações sociais. Desse modo, com as diversas elocuições da crise capitalista presentes na realidade brasileira, as reverberações desse sistema chegaram ao nordeste de

forma particular, devido ao descompasso da formação capitalista na região, ou seja, se na realidade brasileira ele ocorreu de forma tardia, na região Nordeste ele transcorreu de modo ainda mais espaçado (Silveira Junior, 2021).

Nessa perspectiva, mesmo que ratificamos, o capitalismo no Nordeste aconteceu de maneira mais tardiamente em comparação com a realidade das outras regiões do país, ainda assim precisa-se salientar que a região já sofria com um processo de pauperização, especialmente das famílias rurais. Assim, “nesses casos, o antagonismo próprio das relações capital-trabalho desponta, quando, na longa fase declinante da produção açucareira, se desenvolve uma mecanização da agricultura” (Silveira Junior, 2021, p.16).

Para além disso, vale ressaltar que as relações de trabalho antes da subordinação da terra à lógica da produção mercantil, já se mantinham a partir de relações pré-capitalistas, já faziam parte de uma produção que apresentava uma valorização financeira das mercadorias (Silveira Junior, 2021). Desse modo, com o aprofundamento da lógica do capital e a expansão do seu sentido mercantil, a terra e o trabalho perdem seu sentido ontológico. Conforme, Martins (2023, p.89).

A propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, concentrou-se em poucas mãos, tendo como resultado o monopólio sobre ela, com isso, aprofundando a massa de homens e mulheres que não possuíam terras, tornando-se mão de obra disponível - seja escrava ou “livre” que iriam deslocar-se, ou seriam forçados a tal - para as minas, fazendas, estâncias e regiões de plantação (Martins, 2023, p.89).

Então, essas refrações tipicamente capitalistas serão gestoras de correlações de forças políticas em decorrência dos processos de acumulação e controle das forças de trabalho, sejam elas escravas ou assalariadas. Desta forma, os povos que viviam no Nordeste serão a partir disso subordinados ao modo de produção de riquezas, onde a terra será propriedade de poucos e conseqüentemente o surgimento de uma classe trabalhadora agrícola pauperizada (Silveira Junior, 2021).

Ademais, são diversos outros fatores que afetam a formação sócio-histórica do Nordeste produzindo as contradições sociais que desnudam as expressões da questão social nessa realidade de consolidação do capitalismo. Tal como, a busca pela sobrevivência dos trabalhadores rurais nos grandes centros urbanos, levando esses indivíduos a morarem e trabalharem em lugares insalubres. Como também, nos centros do Nordeste existirá a exploração operária das indústrias têxteis ou comerciais (Silveira Junior, 2021). Portanto,

pensar o desenvolvimento do Nordeste necessita-se olhar para a questão agrária, visto que a mesma foi fundante da formação sócio-histórica da região e do Estado nacional. Segundo Martins (2023, p.96).

Assim, a transição, a formação e o desenvolvimento do capitalismo teve no monopólio e na propriedade privada da terra, na reprodução político-ideológica de concepções que naturalizavam e justificavam a violência do colonialismo, sua base de sustentação, que reverberam na reprodução da superexploração da força de trabalho no processo de valorização do capital (Martins, 2023, p.96).

No Nordeste a partir da década de 1930, será onde as consequências sociais da integração da região a dominação das elites serão acentuadas devido à seca que vinha se alargando e a ofensiva da concorrência algodoeira, ou seja, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil o papel do Nordeste e do povo que ali morava apresentou-se a partir da disposição de trabalhadores pauperizados para trabalharem nas fábricas através da migração da força de trabalho (Silveira Junior, 2021). Isto posto, a partir das sequelas supracitadas, produto do processo de acumulação do capital que vão germinar nessa realidade, imprimem a necessidade da criação de escolas de Serviço Social na região, visando a formação profissionais especializados para trabalharem nas expressões da questão social.

O surgimento do Serviço Social e suas escolas no Nordeste vincula-se diretamente com o processo de surgimento do Serviço Social no Brasil, associado à igreja católica no objetivo de intervir nas contradições sociais, através de uma perspectiva moralizante e religiosa. Assim, o Serviço Social no Nordeste terá o seu desenvolvimento a partir da década de 1940, onde acontecerá o surgimento das primeiras escolas e criação de cursos na região (Silveira Junior, 2022).

A primeira escola de Serviço Social no Nordeste aparece no estado de Pernambuco (PE) na década de 1940 – quatro anos após a criação da primeira escola do Brasil em 1936 no estado de São Paulo – nota-se que a emergência e desenvolvimento do Serviço Social na região aludida acontece entre as décadas de 1940 e 1950 com o surgimento de escolas nos demais estados (Silveira Junior, 2022). “No entanto, até 1947, os dados disponíveis mostram que essas escolas ainda estão em estado embrionário, sendo que apenas a de Pernambuco havia alcançado a formação de sua primeira turma, com apenas uma diplomada” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p.197). Portanto, o desenvolvimento das escolas de Serviço Social se dará, segundo Silveira Junior (2022, p. 36).

Na região Nordeste, pode-se notar uma diferenciação interna no processo de emergência das primeiras escolas de Serviço Social, em última instância decorrente das circunstâncias e modalidades desiguais a partir das quais foram se afirmando as relações e contradições sociais e políticas típicas do modo de produção capitalista nos estados ou grupos de estados (Silveira Junior, 2022, p. 36)

Logo, como já foi trabalhado nesse texto o capitalismo no Brasil se desenvolve de forma desigual, incorrendo em uma formação sócio-histórica particular para a região Nordeste, gerando expressões da questão social próprias da sua realidade e assim determinando que o trabalho junto às desigualdades sociais fosse por meio de uma formação técnica especializada. Assim, a ação do Estado na realidade do Nordeste dentro das suas particularidades, imprimiu um processo de desenvolvimento profissional específico ao Serviço Social na região (Silveira Junior, 2022).

Com o avançar da década de 1940, observou-se um alargamento dos campos de exercício profissional das(o) primeiros assistentes sociais, onde a demanda do Estado pelos profissionais de Serviço Social vinha aumentando gradativamente e esses profissionais em sua maioria desenvolviam atividades limitadas no qual se prevalecia a atuação doutrinária com caráter assistencial (Iamamoto; Carvalho, 2014). Quando olhamos para o Nordeste, nesse período ainda estava se estruturando a primeira escola, no qual teve um alargamento das suas diplomações a partir da década de 1950 e a destinação dessas profissionais para os espaços sócio-ocupacionais.

Nesse período ocorria o desenvolvimento das instituições assistenciais como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Sistema S entre outros espaços que se consistiria enquanto espaço de trabalho para esses profissionais. É de referir, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) enquanto importante espaço de exercício de profissional para o Serviço Social na região, visto que a intervenção do Estado prezando um desenvolvimento industrial ocorria através da referida autarquia, a qual na década de 1960 se aproximou das escolas de Serviço Social no esforço do aperfeiçoamento técnico e abertura de campos de atuação no interior da própria superintendência (Silveira Junior, 2022).

À medida que a SUDENE patrocinava e se esforçava para o aperfeiçoamento do Serviço Social na região Nordeste, a conjuntura de mobilizações políticas se intensificava. Nesse período acontece a mecanização da agricultura e o fortalecimento do latifúndio, gerando um processo de empobrecimento da população sertaneja e exploração da população do campo em nome de

um desenvolvimento industrial. Dessa forma, com o transcorrer das décadas os profissionais do Nordeste vão seguir o movimento nacional de reconceituação, ao compreenderem que necessitam alinhar sua atuação junto à população usuária dos serviços e se distanciar de um exercício profissional pautado na doutrinação e controle social.

Perante o exposto, descortina-se que mesmo tendo um período de emergência e gestação com lapso ao comparar com o Sudeste onde nascem as primeiras escolas, o Serviço Social no Nordeste buscou renovar e reconceituar a sua formação e atuação profissional durante seu desenvolvimento histórico na região. Destaca-se que o desdobramento da profissão na particularidade da região, ocorre em um momento de insurgência popular majoritariamente dos trabalhadores rurais, como o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, mas com parcela de participação dos operários industriais.

Além disso, esse momento também foi marcado pelo surgimento de instituições assistenciais que seriam campos de trabalho desses profissionais, como o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE); Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) entre outras (Silveira Junior, 2021). Logo, a questão agrária apresenta-se como uma categoria indispensável na formação acadêmico-profissional, visto que, a mesma se constitui enquanto uma expressão da questão social presente na realidade brasileira.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A questão agrária é um ponto central que marca a história do Brasil. Segundo Stedile (2005), esta pode ser entendida como um conjunto de interpretações da realidade agrária brasileira, ela procura explicar como está organizada a posse, propriedade e o uso da terra em nossa sociedade. Muitos dos conflitos presentes na contemporaneidade, têm sua origem na concentração da propriedade privada, e como consequência a exclusão de uma parcela significativa da sociedade ao acesso à terra, este fato é uma das principais razões da pobreza, da violência e escassez que enfrenta a população brasileira. Dentro dessas mesmas perspectivas Fernandes (2001, p. 23-24), compreende por questão agrária:

O conjunto dos problemas relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e

assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. (Fernandes, 2001, p. 23-24).

Dessa forma, surgem os problemas relacionados à posse e uso da terra, ou seja, os problemas que compõem o quadro da questão agrária brasileira. Além disso, os latifúndios de terras também concentram poder político, quer sejam os latifundiários representantes das velhas oligarquias que ainda sobrevivem no país, quer sejam os modernos representantes do agronegócio, associados às empresas transnacionais e ao capital financeiro internacional. Esse modelo de desenvolvimento capitalista no campo ocasiona consequência de ordem social, política e econômica nos espaços rurais. Isso nos deixa claro a amplitude que esta categoria apresenta, a questão agrária não se limita, apenas, às questões restritas ao campesinato, dentro de sua complexidade, mas também as suas amplitudes que engendram variadas formas de trabalho e das lutas de classes.

Assim, a questão social no Brasil só é entendida quando também compreendemos as particularidades da questão agrária. O que é afirmado por Silva (2004 p. 01), ao considerar que compreender as contradições relacionadas à questão agrária brasileira significa compreender também as configurações que a questão social assume no mundo rural do país, destacando que:

(...) a configuração da Questão Agrária como Questão Social particulariza a inserção do Serviço Social nos processos que envolvem a luta pela terra, quer seja nas condições de vida e trabalho dos assalariados rurais, na luta pela terra e na presença dos movimentos sociais rurais, no adoecimento do trabalhador em decorrência do processo laborativo em meio rural, na migração ou no desemprego (Silva, p.01)

Dentro desta visão podemos considerar a questão social indissociável da questão agrária, uma vez que esta nos mostra as contradições postas pelo capitalismo no meio rural, que possui características extremamente perversas, que perpassa o latifúndio, onde a propriedade capitalista permitiu, com aval do Estado, a permanência da concentração de terras; e com isso, o Brasil segue sendo um poucos países do continente que não aplicou de fato uma política de reforma agrária.

Partindo das considerações apresentadas acima, e compreendendo que o modelo

capitalista define as relações agrárias, o Serviço Social, sendo uma profissão que se insere na relação contraditória entre capital trabalho, vem a contribuir significativamente com o debate relacionado a categoria questão agrária e campesinato. Ainda é preciso avançar para que a formação acadêmica profissional em Serviço Social no Nordeste contemple a compreensão da questão agrária enquanto eixo central na formação sócio-histórica do Nordeste assim como expressão da questão social.

4 QUESTÃO AGRÁRIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE

Analisando autores que tratam da temática sobre serviço social e questão agrária, podemos observar que historicamente o debate ainda não é expressivo dentro da formação profissional e respetivamente na produção acadêmica, o que expressa um desafio para atuação das profissionais nos espaços sócio ocupacionais que atuam com o público que integram essa categoria, existe ainda “um afastamento do exercício profissional e das produções teóricas do Serviço Social em relação às questões rurais”. (Lusa, 2010, p.2), sobre isso Araújo (2012, p. 457), apresenta que,

há importantes universidades, nas quais o curso de Serviço Social não contempla, em seu currículo, qualquer disciplina relacionada à questão agrária, o que é problemático, especialmente se for considerada a opção por uma formação político-profissional fundada na perspectiva crítica, conforme atesta o Projeto – Ético Político Profissional, entre outras importantes expressões da profissão e da categoria (Araújo, 2012, p.457).

Se partimos do pressuposto de que população rural brasileira é tensionado pelo avanço do capital no campo, o que amplia as expressões da questão social vivenciada por este público que se encontram em uma posição geográfica e histórica que dificulta os acessos a serviços e políticas, é essencial uma formação multidisciplinar e interdisciplinar, que desenvolva um caráter crítico em defesa dos interesses da classe trabalhadora para atuar nas diferentes expressões da questão social, inclusive a com a questão agrária.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, informa que no ano 2000, dos 169.590.693 brasileiros, 31.835.143 ou 18,77% viviam nas áreas rurais. No ano 2010, a população brasileira passou a ser 190.755.799 pessoas, e caiu para 29.830.007 ou 15,64%, o número de pessoas no campo, diminuiu em mais de 3% o número da população rural em apenas

10 anos. No Nordeste, região com predominância de áreas rurais, viviam 47.693.253 pessoas no ano 2000, e destas 14.763.935 ou 31% aproximadamente viviam em áreas rurais. Sendo que em 2010 a população do Nordeste passou a ser de 53.081.950 pessoas e apenas 14.260.704 ou 26,87%, vivendo em áreas rurais.

Este êxodo apresentado nos dados acima revela a escassez de políticas públicas, como educação, moradia, acesso à terra, saúde, lazer e produção enfrentadas pelas famílias que vivem nas áreas rurais. Tal fato cria desafios para a sustentabilidade do campo e das cidades, uma vez que os indivíduos sofrem com a falta de perspectiva em seu meio.

Diante do exposto, para compreender e discutir como está inserida a temática da Questão Agrária e o campesinato nos cursos de Serviço Social das Universidades Federais (UF's) da região Nordeste do Brasil, inicialmente foram analisados os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e as matrizes curriculares das onze UF's da região que oferecem o curso. No quadro abaixo, é possível visualizar as disciplinas que possibilitam a discussão da questão agrária dentro das UF's do Nordeste.

TABELA 1. Disciplinas que abordam a temática da questão agrária nas UF's do Nordeste

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CLASSIFICAÇÃO
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	Serviço Social e Questão Social/ A Questão Agrária e Agrícola no Brasil	60h	Obrigatória
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	Questão Agrária e Urbana no Brasil	60h	Obrigatória
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	Questão Rural e Urbana	45h	Obrigatória
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Questão Agrária no Brasil	60h	Optativa
Universidade Federal do Pernambuco - UFPE	O Mundo Rural e o Serviço Social	60h	Optativa
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG	A Questão Agrária Brasileira	60h	Optativa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB	Sociologia Rural	68h	Optativa

Universidade Federal da Bahia - UFBA	Educação Popular em Áreas de Reforma Agrária	68h	Optativa
Universidade Federal do Piauí - UFPI	Tópico Especial em Questão Rural e Ruralidades	60h	Optativa

Fonte: Autoria Elaborado pelos autores, a partir dos PPP's das UF's (2024).

Foi possível analisar que as UF's dentro deste recorte oferecem conteúdos em sua grade curricular que abordam os temas aqui em discussão, no entanto apenas três os oferecem em disciplinas obrigatórias e seis ofertam em disciplinas optativas, que são ofertadas esporadicamente, o que não garante que o discente terá contato de forma aprofundada com o conteúdo durante sua formação. Vale ressaltar que, a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal de Sergipe não foram inseridas no quadro, uma vez que não apresentam disciplinas específicas sobre a temática em seus currículos.

Na análise das ementas das disciplinas obrigatórias e optativas foi observado que estas abordam conteúdos similares, geralmente destacando: a história da questão social no campo, o rural na formação sócio-histórica brasileira, questão agrária e agrícola no Brasil, a centralidade da terra na expressão da questão social no campo, a concentração de renda e da propriedade, movimentos sociais do campo e a organização dos trabalhadores, reforma agrária, a reprodução da pobreza e a exclusão social no mundo rural e questões socioambientais.

Importante destacar que a UFMA e a UNILAB, dentro das disciplinas destacadas no quadro acima, são as únicas que apresentam dentro das ementas um recorte para os Estados onde estão situadas, entendendo que os territórios possuem características específicas dentro da questão agrária e as ruralidades. No caso da UFMA, especialmente quando tratado os conflitos existentes nas áreas de terras indígenas engendradas pelo agronegócio, onde também abordam as particularidades da Amazônia.

Relacionando diretamente a prática das Assistentes Sociais, a UFPB é a única que deixa de forma explícita no ementário - *da disciplina Questão Agrária no Brasil* - as possibilidades da atuação profissional do Serviço Social com a questão agrária e a população rural. De acordo com Gonçalves; Pereira e Moraes (2013), "o currículo não é construído de forma neutra e despercebida, ele é um documento político de poder e controle social sobre a construção do conhecimento"(p.35). Logo, mais do que um instrumento técnico com uma estrutura padronizada com conteúdo programático, matérias e competências, o currículo alinha suas

razões ideológicas e culturais para formar um sujeito integrado aos interesses já determinados.

Para compreendermos a importância da atuação de assistentes sociais com o público rural e camponês, destacamos o exemplo do Programa Nacional de Educação na

Reforma Agrária (PRONERA), que em 2011 passou a ofertar cursos de graduação em Serviço Social. A iniciativa do PRONERA “nos remete a pensar que esta profissão, tem sido reconhecida no espaço agrário, por sua proximidade com os interesses da classe trabalhadora, e por estar intimamente relacionada com as lutas sociais do campo” (Ferreira, 2015,p.143).

Diante desta realidade, é notório a necessidade da ampliação do debate a respeito sobre a questão agrária nas UF's aqui destacadas, especialmente naquelas onde a temática não está inserida em disciplinas obrigatórias ou nem mesmo aparecem no currículo. Uma formação acadêmica-profissional que trabalhe a valorização da vida desses sujeitos, para que por meio de políticas direcionadas ocorra o desenvolvimento das áreas rurais conforme suas contextualidades, através de sua ação com integração social, cultural e econômica que valorize o conhecimento dos camponeses e favoreçam sua permanência no campo.

5 CONCLUSÃO

A invisibilidade sofrida historicamente pelas populações do campo não deve justificar a permanência desta situação, na realidade, mostra que é cada vez mais urgente a construção de uma nova sociabilidade para o campo como também para a cidade. O serviço Social, como uma profissão diretamente ligada a construção da justiça social para todos os sujeitos, devem cada vez mais buscar o desenvolvimento de uma formação, estudos e pesquisas que destacam a necessidade da profissão dentro do debate da questão agrária, como também o exercício profissional dos assistentes sociais dentro dos espaços sócio ocupacionais que trabalham com o público inserido nessa realidade.

Incluir no currículo do curso de Serviço Social disciplinas que abordem as especificidades dos povos do campo (comunidades rurais, assentamentos, comunidades quilombolas, comunidades indígenas etc.) é um ato político que pode garantir dentro da formação olhar crítico para a necessidade de criação de políticas públicas para os sujeitos que cotidianamente sofrem com a falta de acessos a políticas básicas e com a expansão do capital no meio rural.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.B.C, CARVALHO, N.C., REBOUÇAS, M.P., ALMEIDA, C.A.S. Assistentes sociais no meio rural: análise das condições de trabalho na contemporaneidade. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

BRASIL, República Federativa do. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Brasília, DF: IBGE, 2015.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez: 2001.

FERREIRA, Luiza Amélia. **SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA: possibilidades e desafios contemporâneos ao exercício profissional do assistente social**. Dissertação (mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/327/1/luizaameliaferreira.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2024.

GONÇALVES, E. J. S.; PEREIRA, J. F.; MORAES, J. R. Currículo é a escola e não é somente parte da mesma. In: XVII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e III Encontro de Iniciação à Docência – Universidade do Vale do Paraíba, 2013.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014. 393 p.

LUSA, Mailiz Garibotti. Questão rural – demandas para o Serviço Social no contexto de crise do capital. In: **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, CFESS, Brasília, 2010.

MARTINS, Paulo Roberto. **A gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro**. 2023. 145 p. Dissertação (Mestrado) - UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/25849/1/000506718-Texto%2Bcompleto-0.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SILVA, Eliana Andrade da. Serviço Social e questão agrária: elementos para reflexão acerca do ensino e da investigação na formação profissional do assistente social. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

SILVEIRA JR, Adilson Aquino. Notas Para Uma História Da Emergência Do Serviço Social Na Particularidade Do Nordeste. In: SILVEIRA JÚNIOR, Adilson Aquino. **A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2021. v. 1, cap. 1, p. 15-46.

SILVEIRA JR, Adilson Aquino. **O Serviço Social Na Particularidade Do Nordeste (1940-1980)**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2022. 144 p. v. 1.

STÉDILE, João Pedro (org). A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500- 1960. In: **A questão Agrária no Brasil, vol. 1**. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31.